

Corações e mentes: memórias de 1968

Maria Francisca Pinheiro Coelho

Universidade de Brasília, Brasil

coelho francisca@gmail.com

Ao colega Petrócio Maia

In memoriam

“No quintal por trás de casa tem um pé de sonhos”.

(Pé de Sonhos — Petrócio Maia e Brandão)

Os estudantes que entraram naquela primeira turma¹ do Curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, em 1968, talvez não tivessem a menor ideia do que iam vivenciar naquele ano. Vinham de diferentes colégios, alguns de freiras, como o Colégio Santa Doroteia, outros laicos, como o Farias Brito e o Agapito dos Santos, uns públicos, a Escola Normal, só de mulheres, e o Liceu, de homens. Os que estudavam no mesmo colégio já vieram mais ou menos enturmados. Outros tinham feito o mesmo cursinho pré-vestibular na

1. A autora integrou a primeira turma do Curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, em 1968. É professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Escola Normal Justiniano de Serpa, no bairro 13 de maio, e conversavam sobre as opções existentes. Se queriam ir para a área de humanas, o vestibular para as Ciências Sociais, em seu primeiro ano e com excelentes professores, apresentou-se como uma boa oportunidade.

No entanto, antes mesmo de 1968, já existiam claros sintomas de que as mobilizações de juventude que caracterizavam a década de 1960 tinham suas marcas claras no Brasil. Em vários campos da sociedade, nas artes plásticas, no teatro, na música, com a chegada dos grandes festivais nacionais, transmitidos com grande audiência pelo rádio e televisão, havia um clima de mobilização social. Intermináveis discussões ocorriam sobre quais as músicas mais bonitas ou que expressavam aquele tempo, se *A Banda*, de Chico Buarque, ou *Alegria, Alegria*, de Caetano Veloso. Gilberto Gil, do movimento Tropicalia, era forte concorrente nos festivais. Em 1968, o próprio Gil fez uma histórica apresentação na Faculdade de Direito, a convite do Diretório Acadêmico, um dos principais centros de formação de liderança do movimento estudantil.

O cenário internacional das lutas pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, das manifestações contra a guerra do Vietnam, do movimento de mulheres emoldurava os corações e mentes daquele tempo. Logo nos primeiros contatos, o cotidiano dos pouco mais de 20 estudantes de Ciências Sociais, em Fortaleza, passou a não se restringir às tarefas do curso, pois a universidade estava envolvida com uma séria de reivindicações específicas, como o problema dos excedentes, acampados nos jardins da Reitoria, uma grande mansão burguesa cor de rosa, na avenida da universidade; a luta por mais vagas nas universidades públicas; as convocações para as assembleias; os comícios no Restaurante Universitário (chamado de CEU); as reuniões dos cursos para decidirem as propostas que seriam levadas para

as assembleias gerais, entre outras inúmeras atividades. O Curso de Ciências Sociais ficava no prédio da Faculdade de Filosofia, ao lado da Reitoria e em frente ao Restaurante Universitário, ou seja, bem no coração das manifestações.²

Depois de um tempo, o curso foi transferido para a rua Barão do Rio Branco no centro de Fortaleza, perto da praça do Ferreira e da praça José de Alencar, justamente os pontos de direção das passeatas, onde ocorriam os grandes comícios. Os estudantes de Ciências Sociais já nem precisavam ir para as concentrações na Faculdade de Direito. iam direto para a praça definida em cada manifestação. A definição da praça dependia de uma série de fatores, como a permissão da política militar, o contato com a população, a facilidade de dispersão, caso houvesse repressão e muitos outros. Muitas vezes, só se sabia perto da hora o roteiro das passeatas.

Além das manifestações e do conteúdo das aulas, tudo em torno do curso contribuía para que os alunos participassem ativamente dos movimentos. O problema da relação entre conhecimento e prática não se colocava como uma questão sociológica, pois os alunos eram ao mesmo tempo sujeitos do conhecimento e pessoas de ação. As questões eram discutidas por todos, em inúmeras e infindáveis reuniões, e as soluções sempre deviam beneficiar a todos. Como proposta inicial do curso, alguns alunos receberiam bolsas de estudo para se dedicar integralmente à faculdade. No entanto, no clima de que tudo era coletivo, a decisão da turma foi de que todos deveriam ter bolsa, mesmo

2. O movimento por mais vagas nas universidades públicas visava solucionar a questão dos excedentes, estudantes aprovados no vestibular por nota, mas que não entravam por falta de vagas. Depois de 1968, houve uma mudança do sistema de vestibular classificatório para o eliminatório, condicionando à aprovação ao limite de vagas. A partir da década de 1970, a característica da expansão do ensino superior brasileiro foi pelo setor privado, com o crescimento de faculdades e instituições particulares.

com valor reduzido, e foi isso que aconteceu. Com a bolsa de estudos ficou bem fácil participar em tempo integral da vida universitária, que incluía estudar e participar das atividades do movimento estudantil.

Por serem bolsistas, as aulas eram no período da manhã e da tarde. Logo pela manhã, eles trocavam informações entre si sobre as atividades do movimento estudantil naquele dia, que foram se intensificando, na medida que o ano ia passando. Em geral, depois do almoço tinham reunião para discutir os problemas específicos do curso e os do movimento estudantil. No fim da tarde, alguns iam para o CEU, jantar e se informar do que ocorreria no dia seguinte.

Toda manhã, antes das aulas, o cenário era mais ou menos o mesmo. O prédio da Barão do Rio Branco era quadrado e todas as salas tinham uma comunicação por meio de um pátio. Como a turma era pequena, no primeiro ano ou nos primeiros anos, as aulas eram para todos os alunos, e a sala principal dava mais ou menos para frente da porta de entrada do prédio, onde se podia acompanhar todos que chegavam. Os primeiros alunos já ficavam em um banco próximo da sala de aula e ali conversavam sobre as novidades do dia e se atualizavam. Chegava um, chegava outro e a conversa ia se ampliando. Às vezes, se transformava em discussões intermináveis.

Cenas se repetiam. Uma delas era que no dia que saía *O Pasquim*, a Margarida Furtado já entrava na Faculdade com o jornal na mão, tinha lido tudo e chegava rindo das matérias do tabloide, dos artigos extremamente críticos e vibrando com as charges e os desenhos do Henfil. Outra, era a chegada sempre apressado, mas ao mesmo tempo atento, do Petrúcio Maia. Andava sempre com a cabeça um pouco baixa e suas opiniões pareciam passar por um longo processo de construção e desconstrução de seu pensamento.

Petrúcio queria saber de tudo, ouvia todos e, em geral, se afastava

um pouco do grupo para pensar e depois voltar com sua opinião. Era um dos que entrava em discussões infundáveis. Muito participativo, mas ao mesmo tempo retraído. As imagens dele de caminhar no corredor da faculdade de uma ponta a outra e depois voltar para externar sua posição são memoráveis. Seu gesto de enrolar com os dedos os fios dos cabelos, característica de alguns da época, parecia se intensificar com o ritmo de seu pensamento.

Enfim, antes do professor começar a aula, ainda tinha o momento dos avisos: - “Professor, eu posso fazer uma comunicação”? A Cili era uma aluna que sempre tinha uns informes para dar. E a Tereza Helena frequentemente pedia para fazer uma complementação. À tardinha, os estudantes voltavam a se reunir em torno do mesmo banco para comentar o que tinha se passado durante o dia, as novidades do movimento estudantil, as decisões das assembleias, os encaminhamentos necessários. Claro que alguns eram mais preocupados com as questões do curso, as leituras e sua carreira profissional, mas todos de uma maneira geral eram bastante integrados no espírito daquele tempo. Pelo clima que vivia a universidade brasileira naquele ano, era como se embarcassem em uma viagem que os levaria para um país livre da ditadura militar. No entanto, para isso precisava-se agir, pois o futuro era hoje! Como jovens esperançosos, acreditavam piamente na sua capacidade de mudança.

Durante o ano de 1968, as manifestações estudantis, principalmente nas universidades, tiveram uma tendência ascendente. Pelas palavras de ordem, pode-se observar as mudanças que iam ocorrendo, principalmente sua transformação em um movimento universitário de classe média de caráter nacional e político. Pode-se dividir em três tempos suas reivindicações: as específicas, as políticas nacionais e as políticas gerais. Ao longo do ano, elas foram se justapondo, mas na

medida que a repressão aumentava, o movimento assumia um caráter político.

A mais emblemática das mobilizações no início do ano, pelo menos em Fortaleza, foi a luta por mais vagas e mais verbas nas universidades, simbolizada no problema dos excedentes, mas que no seu conteúdo já revelava a necessidade de expansão das universidades públicas. Mas havia também o problema das entidades estudantis que tinham passado por uma série de restrições depois do golpe militar de 1964 em sua legislação e não possuíam autonomia. No entanto, na prática as entidades passaram a funcionar de acordo com a força do movimento e se tornaram representativas daquele momento, apesar de toda burocracia existente. A União Nacional dos Estudantes (UNE) extinta passou a funcionar na prática, à revelia da lei.

A morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968, morto com um tiro no peito por uma bala da Polícia Militar, no Calabouço, restaurante universitário, no Rio de Janeiro, foi o estopim do movimento estudantil nacional, no sentido de que esse passou a assumir também um caráter político. A reação foi a passeata dos 100 mil na Candelária, em protesto contra a morte do estudante, seguidas de passeatas em todas as capitais e grandes cidades brasileiras. Esse momento foi registrado, com muita precisão, por Vladimir Palmeira, líder carioca no período, como expressão da força e representação do movimento estudantil nacional, ao lembrar que foi anterior ao maio francês.

A partir do março brasileiro de 1968, que antecedeu ao maio francês com suas palavras de ordem “é proibido proibir” e o “pessoal é político”, o movimento estudantil assumiu claramente o perfil nacional de uma luta contra o regime militar, com a incorporação da palavra de ordem Abaixo a Ditadura! Outras palavras de ordem também

políticas, mas de caráter mais geral, relacionadas ao contexto da intervenção americana no Brasil, passaram a assumir um papel importante nesse momento, como a luta contra o imperialismo e contra os acordos MEC/USAID. Esses acordos vão influenciar na reforma universitária de 1968 e na opção do governo pela expansão do ensino superior pela via das instituições particulares.

Com o assassinato de Edson Luís, o movimento entrou em uma fase de expansão e fortalecimento nacional. Os Diretórios Acadêmicos e os Diretórios Centrais dos Estudantes que não já seguiam o previsto na lei assumiram ainda mais autonomia. A UNE atuava na clandestinidade, mas mesmo assim preparava seu Congresso Nacional, que seria realizado em Ibiúna, São Paulo, em outubro de 1968. Clandestino, pois proibido pelas governantes, mesmo assim contou com delegados de todos os estados, em torno de 800 participantes. Todos foram presos em um sítio de Ibiúna e levados para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), na cidade de São Paulo. Depois de seis dias foram mandados de volta para os seus estados em ônibus estaduais. Os líderes nacionais do movimento ficaram presos.

Depois do Congresso de Ibiúna, a repressão ao movimento estudantil se intensificou. As passeatas já não eram permitidas e foram substituídas por comícios relâmpagos. Porém, o movimento continuava consistente, até quando foi atingido fortemente pelo Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. O AI-5 foi um golpe dentro do golpe que tinha instaurado no Brasil a ditadura militar e o Estado de exceção. Com o fim do Habeas Corpus e com o Estado acima da lei, a prática da repressão passou a ser a violação dos direitos humanos, a perseguição, prisão, tortura, assassinato e extermínio, com desaparecimento de corpos.

Estão dentro desse marco repressivo, os estudantes que aderiram à

resistência armada, a maioria universitários na faixa de 23 a 25 anos, como os que foram para a Guerrilha do Araguaia, entre os anos de 1970 a 1973, que fazem parte dos chamados anos de chumbo. Os poderes arbitrários do Ato Institucional n. 5, foram sintetizados nas palavras do terceiro presidente da ditadura militar, o general Emílio Garrastazu Médici, que governou nos chamados anos de chumbo: “Eu tenho o AI-5 nas mãos e, com ele, posso tudo. Se eu não posso, ninguém mais pode” (COELHO, 2007). Tornou-se também conhecido na literatura sobre esse período, documentos que comprovam depoimentos do presidente Ernesto Geisel, o quarto general a assumir a presidência, exigindo como condição para iniciar a “transição lenta, gradual e segura” o fim da resistência armada no Araguaia. A ordem era que não deveria restar nenhum guerrilheiro vivo.

Como parte ativa do movimento estudantil nacional, o movimento em Fortaleza passou por todas essas fases. Aqueles estudantes da primeira turma do curso de Ciências Sociais viveram todos esses momentos e foram também embalados pelos ideais de liberdade da época. O impacto daquele ano foi tão expressivo na mentalidade de alguns que eles trocaram sem perceber muito a crença em Deus pela crença no marxismo, sem se darem conta que as duas escolhas são representações ideológicas.

Os sociólogos definem como um campo de estudo os movimentos sociais, dentre os quais os movimentos de juventude, no qual o movimento estudantil se insere. Karl Mannheim (1893-1947) deu uma contribuição relevante para esses estudos com uma reflexão sobre o conceito de geração, ao elaborar relação entre o tempo biológico e o tempo social: “Não é difícil ver como a mera contemporaneidade cronológica não pode por si só produzir uma posição comum de geração” (1951, p. 145). O conceito de geração inclui uma forma teórica de se

pensar a relação entre o indivíduo e seu tempo histórico, sem, contudo, implicar em nenhuma ideia de determinismo, na medida em que uma geração pode comportar várias unidades geracionais e mesmo alguns comportamentos podem ser contemporâneos do não contemporâneo, como modos e modas antigas que se reatualizam.

A problemática das gerações se concentra particularmente nos estudos sobre juventude. Mannheim também dedicou estudos sobre o comportamento da juventude na Alemanha no período do nazismo. Mais de 60% das tropas nazistas eram compostas por jovens entre 24 e 26 anos, o que o levou a assertiva de que a juventude não é progressista por natureza e que o seu comportamento é influenciado por circunstâncias sociais. O seu resíduo para a mudança, em virtude ainda de sua frágil inserção na estrutura social, pode muito bem ser utilizado por movimentos conservadores e autoritários, fato que seria mais difícil em sociedades de democracias consolidadas e com forte tradição de liberdades.

No caso do movimento estudantil brasileiro, o resíduo propício à mudança daquela geração foi mobilizado por movimentos libertários. Para Zuenir Ventura, o ano de 1968 não terminou e as ideias daquela geração projetam uma utopia de liberdade: “Poucas — certamente nenhuma depois dela — lutaram tão radicalmente por seu projeto, ou por sua utopia. Ela experimentou os limites de todos os horizontes: políticos, sexuais, comportamentais, existenciais, ‘sonhando em aproximá-los sempre’ ” (1988, p. 14).

No entanto, os rebeldes de 1968, ao defenderem a liberdade, muitas vezes não tinham a consciência que também ao erguerem as bandeiras de países como a União Soviética, China e Cuba estavam defendendo países de regimes autoritários. Muitos deles também não entenderam direito a Primavera de Praga e se indagavam por que lu-

tar por reformas democrático-burguesas em países socialistas, como se o problema das liberdades se circunscrevesse a ideologias.

Em seu livro *A era dos extremos: o breve século XX*, Eric Hobsbawm caracteriza a década de 1960 como das mobilizações de juventude e 1968 como o ano das manifestações estudantis *par excellence*. Estar na universidade em 68 era um convite a sair de seu mundo existencial e participar do espírito de uma geração.

O ano que não terminou foi movido pelo vento das mudanças e de movimentos libertários. Com todas as críticas que se possa fazer as escolhas táticas e estratégicas daqueles jovens, muitas delas já reconhecidas pelos próprios protagonistas, as homenagens a geração de 1968 devem-se aos ideais públicos daquela geração. O que ficou desse ano não foram seus equívocos ideológicos, mas seus ideais coletivos e não egoístas.

1. O conceito de geração

Em *O problema das gerações*, ensaio de 1928, Karl Mannheim vai construir o conceito sociológico de gerações, a partir do diálogo com duas tradições de estudos sobre a problemática das gerações: a corrente francesa racional-positivista e a abordagem romântico-histórica alemã. O autor não descarta os elementos conceituais das duas escolas com as quais discute, mas ressalta a relevância de se considerar o tempo histórico, na medida em que as gerações sofrem influências das tendências ou correntes sociais e que, portanto, têm sempre uma ligação com o tempo, mesmo quando negam o tempo social vigente.

Para Mannheim, as duas escolas (a biológica e a subjetiva) definem elementos necessários, mas não suficientes para definição do conceito sociológico de geração, que além desses fenômenos inclui

as noções de tempo interior, que significa ser com o outro. Se os fatores biológicos e subjetivos estão na base do conceito, seus pressupostos sociológicos estão na interação social e na resposta coletiva a tendências ou correntes sociais.

Na França prevalecia um tipo de pensamento positivista, derivado diretamente da tradição do iluminismo. Este tipo de pensamento dominou não só as ciências naturais como também as ciências culturais. Por conseguinte, se pode compreender a incorporação da concepção unilinear de progresso nessa tradição. Na concepção romântico-histórica “o problema das gerações é considerado como o problema da existência de um tempo interior que não pode ser medido, mas apenas experimentado em termos puramente qualitativos” (MANNHEIM, 1951, p. 122).

Mannheim salienta a contribuição de Wilhelm Dilthey (1883-1911) para a compreensão da especificidade do objeto de estudo das ciências sociais e históricas alemães com a noção de tempo interior, quando enfatiza que o contemporâneo não se resume ao cronológico, mas a influências, a algo que não pode ser quantificável. Uma outra contribuição de Dilthey seria a de que não somente é importante a sucessão de uma geração após outra, mas também que a sua coexistência tem um significado diferente do mero significado cronológico. O tempo de intervalo que separa as gerações é tempo subjetivamente experimentado e a contemporaneidade passa a ser uma condição subjetiva.

Todas as pessoas convivem com pessoas da mesma e de diferentes idades, numa variedade de possibilidades de experiência que as confronta a todas. No entanto, para cada uma o mesmo tempo é um tempo diferente, isto é, representa um diferente período do seu eu, que só pode ser partilhado com pessoas da mesma idade. Mannheim tam-

bém salientou a contribuição de outros autores alemães para a construção do conceito sociológico de geração. Para o autor, valiosa e verdadeiro golpe de gênio, é a ideia de Pinder da ‘não-contemporaneidade do contemporâneo’ e também o seu conceito de enteléquias (estilos de geração de uma época).

Na construção do conceito sociológico de geração, Mannheim considera que a unidade de geração é constituída essencialmente por uma semelhança de posição de vários indivíduos dentro de um todo social. No entanto, uma geração pode ter também várias unidades de geração. Deve-se compreender a geração como um tipo particular de posição social. Há uma diferença entre uma posição social de classe (relacionada à situação econômica) e a posição social de geração (relacionada ao comportamento):

O fenômeno social ‘geração’ nada mais representa do que uma espécie particular de identidade de posição, que compreende ‘grupos de idade’ mergulhados num processo histórico social. Enquanto que a natureza da posição de classe se pode explicar em termos de condições econômicas e sociais, a posição de uma geração é determinada pelo modo como certos modelos de experiência e pensamento tendem a ser trazidos à existência pelos dados naturais de uma geração para outra (MANNHEIM, 1951, p. 137).

A localização e a contemporaneidade são importantes quando há integração social baseada em experiências:

Só quando os contemporâneos se encontram em posição de definitivamente participarem como um grupo integrado em certas experiências comuns é que podemos corretamente falar de comunhão de localização de uma geração. A mera contemporaneidade só se torna sociologicamente significativa quando compreende também a participação nas mesmas circunstâncias sociais e históricas (MANNHEIM, 1951, p. 145).

Além dos fenômenos tempo, contemporaneidade e localização, é

necessário que exista um certo nexos concreto que se constitui na “participação em um destino comum”. A localização como tal apenas contém as potencialidades que podem ser materializadas, suprimidas, ou incorporadas noutras forças sociais e manifestadas de diferentes formas. A mera coexistência no tempo não é suficiente para caracterizar a geração. É necessário um destino comum: “Este nexos adicional pode ser descrito como uma participação num *destino comum* desta unidade histórica social” (MANNHEIM, 1951, p. 152).

A geração somente se tornaria uma realidade quando se cria um laço concreto entre os membros de uma geração pelo fato de estarem todos expostos aos sintomas sociais e intelectuais de um processo de dinâmica de desestabilização. Pode-se ter uma geração, unida por um destino comum, que se subdivide em unidades de geração. Uma mesma geração pode conter diferentes unidades de geração e mesmo com posições opostas: conservadores e revolucionários.

Fazem parte da mesma geração real os jovens que experimentam os mesmos problemas históricos concretos: “Constituem unidades de geração separadas aqueles grupos que dentro da mesma geração real trabalham o material da sua experiência comum de modos específicos diferentes” (MANNHEIM, 1951, p. 154). Procurando fazer um paralelo com as manifestações juvenis que ocorreram no Brasil a partir de junho de 2013, motivadas inicialmente pelo Movimento Passe Livre pelo congelamento das passagens de ônibus, observa-se no desdobramento desse processo o surgimento de duas unidades de geração, assim chamadas: os *coxinhas*, que se constitui da juventude conservadora, e os *mortadelas*, a juventude do campo da esquerda.

Uma geração se constitui quando contemporâneos semelhantes localizados participam de um processo comum. Desse modo, dentro de qualquer geração podem existir várias unidades de geração diferencia-

das e mesmo antagônicas. Em conjunto, elas constituem uma geração ‘atual’ precisamente porque se orientam umas para as outras, mesmo se só no sentido de luta uma contra a outra. Em suma, os fatores sociais, culturais e históricos são mais importantes que os biológicos e geográficos, que são estratos básicos (WELLER, 2010).

Nos estudos de geração, a noção de tempo é importante, mas não apenas o tempo cronológico, mas o histórico. Comunhão de localização de uma geração é quando mesmo distantes há um grupo integrado em certas experiências comuns. Seria este o caso descrito da geração de 1968. Os fatores dinâmicos (sociais, culturais, históricos) operam com base em fatores constantes, mas em cada ocasião os fatores dinâmicos tomam diferentes potencialidades quanto aos fatores constantes:

Se falamos do espírito de uma época, por exemplo, devemos compreender também, como em outros fatores, que este *Zeitgeist*, a mentalidade de um período, não penetra toda a sociedade num determinado momento. A mentalidade que geralmente se atribui a uma época tem o seu assento próprio num grupo social (homogêneo ou heterogêneo) que adquire importância social num determinado momento e que pode colocar assim o seu toque intelectual em todos os outros grupos sem os destruir ou absorver. (MANNHEIM, 1951, p. 166).

As unidades de geração não são meras construções, já que têm as suas próprias enteléquias (seus fins). No entanto, essas enteléquias não podem ser compreendidas em si mesmas; devem ser consideradas dentro da estrutura mais larga das enteléquias de tendências. A maior parte das pessoas pertence a uma determinada tendência de seu tempo: “A posição da geração existe sempre como uma potencialidade que procura realização, mas o meio de tal realização não é o *Zeitgeist* unitário, mas antes uma ou outra das tendências concretas prevaletentes

num determinado tempo” (MANNHEIM, 1951, p. 172). O fenômeno das gerações é assim um dos fatores básicos que contribuem para a gênese da dinâmica do desenvolvimento histórico.

A tese fundamental Mannheim é que a idade, os fatores biológicos por si só não envolvem uma orientação intelectual ou prática definida. Os fatores biológicos apenas indicam certas tendências formais, cujas manifestações, em última análise, têm relações com o contexto social e cultural prevalecente.

O ensaio *O problema das gerações* é do mesmo ano da sua obra *Ideologia e Utopia*, que fundamenta sua teoria do conhecimento. Para Mannheim tanto a ideologia como a utopia são representações sociais, no sentido de construtos referenciados na realidade, mas enquanto as ideologias são modelos que se colocam como alternativos aos existentes, as utopias são construções sociais mais livres, que embora tenham referência na realidade não assumem um modelo definido. As ideias estão relacionadas a um tempo social, no qual as classes são grupos específicos que têm suas próprias ideologias. Nesse sentido, relacionadas, mas não presas ao mundo real, as ideias estão sujeitas a um processo de construção e reconstrução permanente.

No estudo *A juventude na sociedade moderna* (1972), Marialice Foracchi se inspira nos conceitos de Mannheim de ideologia e utopia para uma análise da juventude da década de 1960. Para a autora, os movimentos políticos de juventude, que têm no movimento estudantil sua face mais politizada, são movimentos baseados em ideologias políticas porque propõem um modelo substitutivo ao vigente, enquanto que os movimentos relacionados à contracultura, como o movimento hippie, por exemplo, são mais utópicos porque não se orientam por ideologias.

Indagaria Foracchi, quais seriam então dentre esses dois movimen-

tos o mais revolucionário? Deixa antever que são os movimentos menos rígidos, porque os modelos são sempre uma alternativa aos existentes. Os movimentos questionares da ordem social, mas que não têm propostas definidas são movidos por utopias e por isso contêm manifestações mais livres. Seriam mais revolucionários em seu questionamento do real e suas representações. Suas práticas seriam baseadas em escolhas livres, menos suscetíveis a tendências autoritárias e possuem mais questões do que respostas.

Essas são questões que se colocam atualmente no Brasil em que os movimentos políticos de juventude, como o movimento estudantil, não têm o impacto dos de outras épocas, como na década de 1960. No entanto, não se pode ter um diagnóstico preventivo dos movimentos de juventude, principalmente de sua face política, pois esses sempre surpreendem e podem antever grandes mudanças.

2. Violência, poder e legitimidade

Outras questões teórico-conceituais pertinentes ao debate sobre as mobilizações sociais envolvem os problemas do poder, violência e legitimidade. Nesse debate são relevantes as contribuições de Max Weber (1864-1920) e de Hannah Arendt (1906-1975), tanto pelas diferenças entre as duas concepções, como pelo diálogo que se pode estabelecer entre eles. Arendt escreveu o ensaio *Sobre a violência* (*On violence*), em 1969, nos Estados Unidos, justamente no contexto social aqui abordado dos movimentos de juventude, no qual se insere o movimento estudantil de 1968. Em uma tradição que se pode remeter a Mannheim, a autora resenhou seu livro *Ideologia e Utopia*, Arendt também vai se remeter às correntes de pensamento e às gerações.

A reflexão de Arendt sobre a prática da violência como uma cons-

tante nas ações durante o século XX são também coincidentes com a análise de Hobsbawm que caracterizou este século como a era dos extremos. A autora parte de duas características feitas do século XX: uma que tinha sido anunciada por Lenin como uma época de guerras e revoluções e a outra, imprevista, mas que se constituiu um fator importante, o incremento dos meios da violência.

As questões dela são as seguintes: como explicar a violência destrutiva do poder tão presente no século XX? Como explicar a apologia e a glorificação da violência? O ponto de partida do seu pensamento será a caracterização de uma linguagem comum nas análises políticas do século XX de identificação do conceito de poder ao de violência. Seria como se a definição de Weber de que cabe ao Estado o monopólio do uso legítimo da violência física tivesse sido naturalizado como a única tradição do conceito de poder. Não se leva nem em consideração, que a própria construção do conceito de poder em Weber tem como referência não a violência em si, mas o Estado moderno de *direito*, que visa garantir um território, a ordem e uma nação.

O eixo da reflexão arendtiana é o de que existe um consenso entre os teóricos da política, tanto da esquerda quanto da direita, no sentido de que a violência é tão-somente a mais flagrante manifestação do poder. A glorificação da violência, indo muito além do pensamento de Marx, para quem a violência era a parceira da revolução. Chama a atenção para a identificação da violência com o poder, mesmo contra experiências que mostravam que nem sempre a vitória estava do lado do mais forte, como no caso da guerra do Vietnã e da crise provocada pelo movimento estudantil na França. Para a autora,

O poder corresponde à capacidade humana não somente de agir, mas agir de comum acordo. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e existe somente enquanto o grupo se

conserva unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” queremos dizer que está autorizado por um certo número de pessoas a atuar em nome delas (ARENDDT, 1999, p. 123).

Para Hannah Arendt, e essa sua tese, a maior parte da atual glorificação da violência é causada por uma profunda frustração da faculdade de agir no mundo moderno. Ela recupera duas tradições históricas do conceito de poder advindas da antiguidade ocidental: a primeira tendência a de identificar poder e violência; e a segunda, a do poder como sendo distinto e mesmo o oposto da violência.

As origens da primeira tradição estariam na cultura judaico-cristã, com a concepção imperativa da lei. Essa tradição teria repercutido no Estado moderno com as noções de dominação. As origens da segunda tradição viriam da concepção da cidade-Estado ateniense e romana quando a essência do conceito de poder e de lei não se assentava na relação mando-obediência. Essa concepção estaria expressa na sociedade moderna na expressão de James Madison, o quarto presidente dos Estados Unidos, considerado o Pai da Constituição, de que todos os governos se assentam na opinião.

Para Arendt, o poder estar na essência de todo governo, mas a violência não. A violência seria por natureza instrumental por ser um meio e como todos os meios necessita de justificação, pelos fins que persegue. O poder corresponde a uma ação de comum acordo, sendo inerente à toda comunidade política e, portanto, não tem necessidade de justificação, mas de legitimidade:

Onde as ordens não são mais obedecidas, os meios da violência são inúteis; e a questão desta obediência não é resolvida pela relação ordem-violência, mas pela opinião, e naturalmente pelo número de pessoas que a compartilham. Tudo depende do poder atrás da violência. O repentino e dramático colapso do poder que anuncia as revoluções revela num lampejo que a obediência civil — às leis, ins-

tituições dirigentes — nada mais é que uma manifestação exterior do apoio e consentimento (ARENDR, 1999, p. 126-137)

A violência, por ser instrumental, sempre necessita de justificação. Arendt distingue as ações de violência que não precisam de justificação, como as situações de legítima defesa e as situações revolucionárias. Esses seriam momentos de luta em que o poder se confunde com a violência:

A violência pode ser justificável, mas nunca será legítima. Sua justificação vai perdendo em plausibilidade conforme seu fim pretendido some no futuro. Ninguém questiona a violência como legítima defesa, pois o perigo não somente está claro, mas também presente, e o fim que justifica o meio é imediato (ARENDR, 1999, p. 129).

Em uma comparação entre as concepções de poder em Max Weber e Hannah Arendt há uma evidente distinção que é a concepção de Weber de poder como dominação e de Arendt como construção de acordos. Weber define o poder como dominação legítima e essa a sua referencia para construção dos tipos ideais de dominação, como construções teóricas. Nesse sentido, a sua definição do Estado racional moderno é o campo de referência para pensar os dois outros tipos de dominação, o tradicional e o carismático. Enquanto que Weber constrói o conceito de poder com base no Estado, Arendt vai construir esse conceito com base na capacidade humana de construir acordos.

Weber tem uma concepção assimétrica do poder, na qual o centro da política é o Estado, enquanto Arendt uma compreensão simétrica do poder, na qual o centro da política é a ação compartilhada. Claramente, a política para Weber é o exercício da dominação legítima, porque reconhecida pelo outro, e em Hannah Arendt a capacidade humana de construção de acordos.

Em Arendt, o sentido da política é a liberdade e, nesses termos,

se afasta da concepção weberiana. Para ela, “Para a pergunta sobre o sentido da política existe uma resposta tão simples e tão concludente em si que se poderia achar outras respostas dispensáveis por completo. Tal resposta seria: o sentido da política é a liberdade” (1988, p. 38).

No entanto, apesar das divergências em relação ao conceito de poder — para Max Weber a arte da dominação e para Hannah Arendt a arte de construção de acordos — os dois pensadores da política têm em comum alguns aspectos ao definir a esfera da política e o ponto de afinidades entre eles provém do pensamento de Maquiavel. Destaca-se aqui, pelo menos, três aspectos das afinidades do pensamento entre Hannah Arendt e Max Weber: o primeiro seria a separação entre a esfera da política e a esfera privada, que em Maquiavel é claramente atribuída à separação entre política e religião. O segundo seria o entendimento da vocação política como um dom pessoal, daí a palavra paixão ou mesmo vocação, que se pode definir pelo interesse pelas questões do mundo, mais do que pelos interesses privados. E o terceiro aspecto seria o reconhecimento da legitimidade como algo que vem do outro, ou seja, de fora, como um gesto de reconhecimento pelo que o outro faz.

No caso da vocação política, o conceito é de Max Weber, tanto ele quanto Hannah Arendt, quando se referem à política como uma esfera específica da sociedade, citam como exemplo a famosa frase atribuída à Maquiavel: “Eu amo meu país Florença, mais do que a salvação de minha alma”. Isso não queria dizer que Maquiavel não fosse um homem religioso, mas que não levava a questão da religião para a esfera política. Esse tema é importante porque resguarda a compreensão da autonomia das esferas da sociedade tanto no plano conceitual quanto no campo da ação, sem negar, evidentemente, o inter-relacionamento entre elas. Enquanto as questões do mundo estariam relacionadas à

esfera da política, as crenças se vinculariam às questões privadas ou da ‘alma’.

3. O legado da geração de 1968

Os estudantes de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, viveram o ano de 1968 em diferentes unidades de geração, na política, por meio do movimento estudantil, na cultura, no teatro, na música. Nessa última, Petrúcio Maia imprimiu seu retrato da época, com traços de singeleza e sonhos.

O legado da geração da geração de 1968 está presente no reconhecimento das mudanças realizadas na sociedade como resultado daquelas lutas. No Brasil, claramente, a retomada do processo de redemocratização na década de 1980, e mesmo antes com o movimento nacional pela anistia, constituído predominantemente por mulheres de presos políticos, mães, irmãs, parentes, foi em grande parte uma recuperação dos ideais e práticas daquele período.

O valor histórico da geração de 68 que assumiu o espírito de uma época está registrado nas homenagens realizadas no mundo pelos seus 50 anos. A representação social e o simbolismo dessa geração não foram ainda substituídos por nenhuma outra depois dela. Aqueles que hoje a criticam muitas vezes não conseguem se reportar ao tempo ou veem tudo com os olhos de hoje, sem a capacidade de distanciamento. Em nenhuma hipótese se pode dizer que aqueles foram apenas acontecimentos datados, sem validade no presente.

Os ideais daquela geração estão vivos na marca do tempo e na memória histórica, pela legitimidade de suas lutas e, sobretudo, pela coragem daqueles jovens dispostos a dar vida por seus ideais de liberdade. E muitos deram a própria vida. Outros, a vida lhes foi tirada

covardemente, com requinte de sadismo e crueldade.

O abaixo à ditadura daquele período criou raízes no amor pela liberdade. O Estado de direito em que o país vive deve muito a aquele tempo, apesar de existirem ainda filhos da ditadura. Porque um país livre não deveria permitir a nenhum cidadão homenagear publicamente, e inclusive com representação parlamentar, em sessão no Congresso Nacional, um torturador da ditadura militar. Em um Estado de direito democrático isso não poderia ser possível, sem que não houvesse graves sanções. Não se deve subestimar as possibilidades de surgimento de novas lutas e reivindicações legítimas como aquelas do ano de 1968. Os sonhos como uma das dimensões mais profundas do eu são também representações de um diálogo intersubjetivo com o mundo.

Referências

ARENDT, Hannah. Da violência. In: _____. *Crises da república*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. *O que é política?* Úrsula Ludz (Org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Brasil, 1998.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro. *José Genoino: escolhas políticas*. São Paulo: Editora Centauro, 2007.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1972.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. n. 62, Abril-junio. 1993.

_____. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

_____. O problema das gerações. In: *Sociologia do conhecimento*. V. II. Portugal/Porto: RÉS, 1951.

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WEBER, Max. A política como vocação. In: *Ciência e política: duas vocações*. 15 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado*. Vol. 25, n. 2, maio/ago., 2010.

Resumo:

Este ensaio foi escrito com base nas memórias da autora, como aluna da primeira turma do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, de 1968. Ainda caloura, foi escolhida como uma entre os 30 delegados da UFC que participaram do Congresso de Ibiúna, em São Paulo, em outubro daquele ano. A linha condutora do texto é o conceito de geração, no sentido empregado por Karl Mannheim, para quem este conceito inclui as noções de tempo interior. Se os fatores biológicos e subjetivos estão na base deste conceito, seus pressupostos sociológicos estão na interação social e na resposta coletiva a tendências ou correntes sociais de um tempo. Embora o pertencimento não seja um critério para se julgar uma narrativa, pois exige-se dela não apenas conhecimento como capacidade de distanciamento, é muito difícil julgar épocas exemplares como o ano de 1968, pelos sonhos de liberdade envolvidos.

Palavras-chave: memórias; ano de 1968; Petrúcio Maia; cultura política; conceito de geração.

Abstract:

This essay was written based on the author's memoirs, as a student of the first class of the Course at the Ciências Sociais, at the Universidade Federal do Ceará, in 1968. She was chosen as one of the 30 UFC delegates who participated in the Ibiúna Congress, in São Paulo, in October of that year. The guiding line of the text is the concept of generation, in the sense employed by Karl Mannheim, for whom this concept includes the notions of inner time. If biological and subjective factors underlie this concept, its sociological assumptions resides in social interaction and collective response to social trends or currents of a time. Although belonging is not a criterion for judging a narrative, because it requires not only knowledge as a capacity for distancing, it is very difficult to judge exemplary epochs such as the year 1968, for the dreams of freedom involved.

Keywords: memories; year of 1968; Petrúcio Maia (music and composer); politics culture; generation's concept.

Recebido para publicação em 13/02/2019.

Aceito em 19/02/2019.